



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Declaro iniciada a primeira Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

(Pausa.)

A reunião está suspensa.



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 1ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Conforme a lista de presença, há quórum para deliberação da representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Havendo concordância do Plenário, proponho dispensa da leitura da ata por ter sido distribuída antecipadamente.

Todos estão de acordo? *(Pausa.)*

Estão de acordo.

Não havendo discussão e conforme estabelecido na alínea “f” do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação a Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 7, 14, 15 e 16 de julho de 2015.

Em votação a ata na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada, através de correio eletrônico, aos gabinetes dos membros das Lideranças partidárias nesta data.

Ordem do dia.

De acordo com parágrafo único do art. 110 da Resolução nº 1, de 2006, será apreciado o relatório apresentado à Medida Provisória nº 674, de 2015, do Congresso Nacional, que *“Abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional, no valor de R\$ 904.756.882,00, para os fins que especifica”*.

À Relatora foram apresentadas 15 emendas.



Peço ao Deputado Caio Narcio que leia o voto.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - "Voto.

Do exame do crédito extraordinário, verificamos que a iniciativa atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes à relevância e à urgência, tendo em vista a natureza da matéria.

Quanto à análise da adequação orçamentária e financeira, verifica-se que os recursos destinados aos Ministérios da Defesa e da Integração Nacional estão classificados como Despesas Primárias Discricionárias (RP 2) e, portanto, elevam em R\$ 661.482.873,00 as despesas primárias constantes da Lei Orçamentária para 2015 (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013). As necessárias compensações deverão, portanto, ser consideradas no processo de contingenciamento, de modo a garantir as metas fiscais fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o corrente exercício (Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015).

A Exposição de Motivos nº 62, de 2015, MP, de 15 de maio de 2015, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º, do art. 2º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição da medida provisória.

No mérito, nota-se que o crédito extraordinário destina recursos para o atendimento de despesas relevantes e urgentes, dadas as adversidades climáticas e o recrudescimento dos problemas de segurança no Estado do Rio de Janeiro.

Com relação às emendas apresentadas, verifica-se que as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11 e 15 são emendas ao texto que tratam de matéria estranha à lei orçamentária. Desse modo, constata-se que essas proposições ferem o princípio orçamentário da "exclusividade", segundo o qual a lei orçamentária e as leis que a modifiquem devem se restringir à previsão da receita e à fixação da despesa, conforme o disposto no art. 165, § 8º, da Constituição Federal, *in verbis*:

"Art. 165....."

§ 8º A lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei".



As Emendas nºs 7, 8, 9, 10, 12, 13 e 14, por sua vez, solicitam remanejamento de dotações constantes do crédito para novas programações. De acordo com o art. 111 da Resolução nº 1, de 2006-CN, porém, às medidas provisórias de crédito extraordinário *“somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente”*.

Consideramos, portanto, que as emendas apresentadas contrariam normas constitucionais e legais, devendo ter a sua inadmissibilidade declarada pela Presidente desta Comissão, nos termos do art. 15, XI, da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 674, de 2015, nos termos propostos pelo Poder Executivo e pela declaração de inadmissibilidade das Emendas nºs 1 a 15.”

Relatora: Deputada Gorete Pereira.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 das Resolução nº 1, de 2006-CN, declaro também inadmitidas as emendas indicadas no relatório apresentado e no voto lido pelo Deputado Caio Narcio.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço ao Deputado Caio Narcio a colaboração.

Apreciação do relatório apresentado ao Ofício nº 14, de 2015-CN, que *“Encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.396, art. 6º, Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao segundo semestre de 2013”*.

Quero registrar que se encontram aqui também representantes da nossa população, colocando sua posição pelo Veto 26.



Muito obrigada pela presença.

O Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica é referente ao segundo semestre de 2013.

O Relator *ad hoc* é o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sra. Presidenta, passo à leitura.

“Voto.

Do exame do relatório encaminhado pela APO em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, verifica-se que o documento apresenta sucintamente as atividades executadas no segundo semestre de 2013 e ações a cumprir. Segundo o relatório, nesse período, a APO concentrou suas atividades na reformulação de quadro de pessoal com a nomeação de profissionais de diferentes áreas e capacitações, em sua reestruturação interna e em ações para produção e aprovação da Matriz de Responsabilidades.

Este Relator recomenda, para os próximos relatórios semestrais, maior detalhamento dos prazos estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional e pelo Comitê Paralímpico Internacional no tocante ao calendário de ações a cumprir.

Pelo exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Ofício nº 14, de 2015, que *“Encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.396, art. 6º, Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao segundo semestre de 2013”* e determine seu arquivamento.”

Relator: Deputado José Rocha.”

É o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em discussão o relatório apresentado pelo Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.



Nós temos um problema aqui que é de ordem regimental e disciplinar. É que os requerimentos que são apresentados, Deputados Ricardo Barros e Ricardo Teobaldo, precisam da presença dos autores para ser votados. Nesse caso, nós temos aqui alguns requerimentos, mas os autores não estão presentes. Portanto, nós vamos retirá-los de pauta porque temos que cumprir o Regimento da Comissão.

Eu gostaria de saber se alguém gostaria de acrescentar alguma coisa, haja vista que nós temos uma sessão convocada para quinta-feira, às 9 horas, para discussão e votação da LDO. Às 10 horas, teremos aqui a presença do Ministro da Saúde.

Quem é o autor do requerimento?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, V.Exa. já vai encerrar a sessão?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, eu apenas estou encerrando a parte da votação dos requerimentos e comunicando, em seguida, o que nós teremos na quinta-feira, só comunicando.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quero fazer uma comunicação bem simples que pode ser feita depois.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou conceder a palavra a V.Exa. Mas, antes, quero dizer que teremos votação, quinta-feira, às 9 horas. Por favor, peço a presença de V.Exas., porque é muito importante. Trata-se da LDO. Às 10 horas, teremos a presença do Ministro da Saúde e, depois da palestra e do debate com o Ministro, nós vamos complementar a votação da LDO.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, registro a presença dos Vereadores da cidade de Santa Maria, que estão aqui nos prestigiando, Daniel Diniz, Admar Pozzobom, Jorge Trindade, como também da nossa Secretária de Município.

Eu também fui Vereador lá em Santa Maria, no século passado, e faço questão de registrar a visita de nossos Vereadores que nos prestigiam aqui em Brasília e render minha homenagem a S.Exas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Alguém mais gostaria de fazer uso da palavra? (*Pausa.*) Não?



Eu quero informar também que, no dia 20 de agosto, quinta-feira, — e já falei sobre isso — nós teremos audiência pública.

Eu acho que tem um equívoco aqui. Um minuto. *(Pausa.)*

Eu vou fazer uma correção aqui e peço a V.Exas. que me desculpem. No dia 25, teremos audiência pública com o Ministro da Saúde e, no dia 20, com o Ministro de Estado do Esporte, George Hilton, que vai prestar esclarecimentos acerca da Lei de Incentivo ao Esporte.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Dia 20 é quinta-feira agora?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Ministro do Esporte, George Hilton, vai estar aqui às 9 horas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - S.Exa. vai prestar esclarecimentos acerca da Lei de Incentivo ao Esporte no período de 2010 a 2014, em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2015, de autoria do Deputado Hildo Rocha.

O Deputado Edmilson Rodrigues encontra-se presente?

Eu pergunto se há tempo ainda de votarmos o requerimento.

Deputado Edmilson Rodrigues, V.Exa. é autor do Requerimento nº 2, de 2015. Nós vamos colocá-lo em votação.

Requerimento nº 2, de 2015, de autoria do Deputado Edmilson Rodrigues, que *“requer a realização de audiência pública para debater o corte orçamentário no IBGE”*.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sra. Presidente, costuma-se discutir temas relevantes nesta Comissão, que talvez seja a mais importante Comissão do Congresso Nacional, e nós sabemos que nenhuma receita será tão eficaz para curar os problemas brasileiros sem o conhecimento da realidade concreta.

A despeito de alguns momentos de crise, até de questionamentos, é inquestionável que o IBGE tenha cada vez mais se consolidado como uma instituição fundamental para balizar as políticas nas mais diversas áreas, os



planejamentos territoriais, as políticas públicas e, nesse sentido, a produção de um futuro mais justo e mais digno para o povo brasileiro.

Daí a audiência pública para debater o orçamento do IBGE, porque sabemos que, no momento de crise, o corte, o contingenciamento nos mais diversos órgãos tem sido realizado. Mas eu creio que o IBGE, por ser um órgão pequeno e, ao mesmo tempo, tão fundamental, precisa ter um tratamento, digamos, especial.

Por isso, peço apoio aos Srs. Deputados e Senadores.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Lido o requerimento.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação.

Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vou suspender a presente sessão, antes convocando a continuação desta reunião para quinta-feira, dia 20 de agosto, às 9 horas. Em seguida, audiência pública e votação.

Está suspensa a presente reunião.

(A reunião é suspensa.)



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 1ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes na pauta.

Há quórum para deliberação na Câmara...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Posso encerrar a leitura da abertura?

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Perfeitamente, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista dos expedientes será enviada, por correio eletrônico, aos gabinetes dos membros da Comissão e das Lideranças partidárias.

Eu quero, antes de mais nada, prestar uma informação que é muito importante que conste desta reunião. Nós temos um problema que eu entendo não ser culpa de qualquer partido ou de qualquer Líder, mas eu quero dizer que “a folha encostou na parede”. Então, não temos mais como esperar nenhum pedido de Liderança para complementar ou, pelo menos, retirar a indicação de algum membro que exceda à composição dos Comitês que nós deveríamos ter instalado.

Eu compreendo o pedido de Presidentes de duas Casas, para que se ajeite politicamente a situação de cada partido. Então, eu quero dizer que para o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle, ainda faltam indicações; para o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços, apesar de terem recebido comunicado por escrito, de termos usado a Internet, inclusive, para alertar sobre o prazo — e a minha preocupação se dá, a partir do dia 31, quando o Orçamento estará na Casa —, não fizeram indicação. Nos Comitês em que há dois Coordenadores indicados: para o Comitê de Avaliação da Receita, acabei de receber um nome do Deputado Domingos Sávio, que nós incluímos; e o Comitê de



Admissibilidade de Emendas foi completado agora, apesar dos apelos que fizemos anteriormente.

Outra coisa que não posso deixar de registrar é quanto à presença daqueles que foram indicados para esta Comissão. Ontem, no Senado, eu disse que, a partir da próxima reunião, se não houver presença, nós vamos substituir os Senadores que aqui não estiverem. Nós estamos trabalhando sempre com dois ou três Senadores e, às vezes, contando com a minha presença, para dar quórum para a votação. E quanto aos Deputados que nunca estiveram nesta Comissão, eu vou enviar comunicado aos seus Líderes. Há os que nunca estiveram nesta Comissão, eu vou atrás de cada um, converso. Ontem, uma Senadora amiga me disse assim: *“Perdoe-me, mas eu não tenho tempo”*. Então dê lugar a outro. Desculpem-me, eu nunca fui dessa maneira, não gosto de ser, mas vou ter que usar a força do cargo para dirimir essas dúvidas e consertar alguns erros que nós, porventura, tenhamos aqui na Casa.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sra. Presidente, ilustre Senadora Rose de Freitas, quero cumprimentar V.Exa., que foi Vice-Presidente da Câmara dos Deputados no mandato anterior, pessoa que tem o respeito da Casa e, portanto, tem autoridade para presidir esta Comissão. A decisão que V.Exa. toma agora é de suma importância. Aliás, deveria ter sido tomada há mais tempo, só não o fez antes por entender que os Líderes deveriam indicar os nomes. Mas é prerrogativa de V.Exa., sendo a Presidente, quando os Líderes não indicam, fazer a indicação desses nomes.

Eu gostaria, Sra. Presidente ...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero só registrar a V.Exa. que eu me dirigi um determinado partido, cujo Líder não vou citar o nome, comunicando a ele que os membros não vinham à reunião. Eu disse-lhe que iria indicar nomes, mas daria o prazo de mais 10 dias. E ele ameaçou fazer um rompimento do partido com a Comissão. As ameaças estão presentes nessas conversas políticas.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Mas V.Exa. tem autoridade...



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agora não tem mais ameaça de quem quer que seja. Quero registrar também que não admitirei qualquer falta de respeito na condução dos seus propósitos, sejam quais forem, arguir a aplicação do Regimento, a condução da Comissão, a não instalação disso, a não designação — e não posso registrar nenhum fato aqui ocorrido —, logo, eu peço que façam isso com base no Regimento.

E, por favor, o fato de ser mulher não quer dizer que eu seja frágil na hora de decidir. Eu peço que façam com respeito, para que eu não tenha que recorrer, por falta de decoro, ao Conselho de Ética desta Casa. Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Obrigado a V.Exa.

Só dando continuidade, Sra. Presidente, eu quero desde já dizer que não apenas por ser mulher, mas também por ser Parlamentar V.Exa. merece todo o nosso respeito.

Quanto a este requerimento para o qual estou pedindo a preferência dos colegas Deputados e Senadores, para que nós possamos votar a sua inclusão na pauta e, em seguida, aprová-lo, é um requerimento de informação sobre decretos do Orçamento do ano passado, o que é muito importante para nós, para o entendimento que vai acontecer no Orçamento deste ano. O requerimento é endereçado ao Tribunal de Contas da União.

Por isso, eu peço a V.Exa., Sra. Presidente, que coloque em votação a preferência e, em seguida, façamos a deliberação do requerimento.

Desde já agradeço a todos os companheiros, Deputados e Senadores, notadamente ao Deputado Hildo Rocha, Presidente da Comissão da Reforma Tributária, que está fazendo um grande trabalho. Espero que esta Casa possa dar uma resposta aos brasileiros também sobre as questões tributárias e fiscais que nos afligem há décadas. Tenho certeza de que, com a experiência que tem, S.Exa. irá colaborar — e muito — para o sucesso dessa empreitada.

Obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Peço a palavra para contraditar, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Para contraditar, com a palavra o Deputado Paulo Pimenta, Líder do Governo.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, em primeiro lugar, eu quero cumprimentar V.Exa. por essa decisão acertada que diz respeito a acelerar a composição dos Comitês, para que efetivamente possam funcionar dentro daquela normalidade necessária.

Eu quero reafirmar aqui que a Comissão de Orçamento tem, historicamente, funcionado de uma maneira muito importante a partir desse relacionamento que se estabelece no chamado Colégio de Líderes, dos coordenadores das bancadas na Comissão de Orçamento. V.Exa. tem primado inclusive por discutir, a cada terça-feira, em reuniões que antecedem a reunião da Comissão, os itens que estão prontos para vir à pauta. E nós temos mantido, dentro de um espírito de cordialidade, de entendimento, a compreensão de que a pauta tem sido feita a partir daqueles itens que, por acordo, os Líderes entendem que o tema já está maduro o suficiente para vir ao Plenário.

Na última terça-feira, vários dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas aqui participaram da reunião de Líderes, e nós discutimos lá uma série de requerimentos, entre os quais estava o requerimento citado aqui pelo Deputado Pauderney Avelino. E não houve acordo em relação a ele, assim como em relação a outros também.

Então, a pauta da semana, Deputado Pauderney, foi constituída por acordo entre as Lideranças, com aqueles temas que todos concordaram que estivessem incluídos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Permita-me responder, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Com todo prazer, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu solicito de V.Exa. a aquiescência, porque é a votação de apenas um requerimento de informações. Um requerimento de igual teor já tinha sido deliberado, ou já tinha sido avaliado aqui pela Comissão, subscrito pela Deputada Professora Dorinha e por mim. Portanto, acho que não haveria maiores dificuldades.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu vou manter a posição no sentido de que nós não desconstituamos esta relação que temos estabelecido de maneira tão positiva. Na próxima reunião, nós teremos de novo a discussão dos itens da



pauta, e V.Exa. e a Deputada Professora Dorinha terão a oportunidade de apresentar a sugestão para que ele possa ser incluído na pauta.

De minha parte, Sra. Presidente, eu não concordo com a inclusão desse item na pauta e quero manter esse procedimento, que é o procedimento que nós temos estabelecido, numa relação cordial e respeitosa, para a definição da pauta com as Lideranças e com a Mesa Diretora da Comissão de Orçamento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu compreendo as palavras e o argumento de V.Exa., realmente tem sido assim. E V.Exa. tem contribuído muito para que nós acordemos os itens importantes a serem votados. Mas é um direito do autor do requerimento ou Líder recorrer ao Plenário, e ele está fazendo isso. Eu não posso impedi-lo de fazer. Inclusive, está claro no Regimento que, na medida em que não houver consenso na reunião de Líderes, há recurso ao Plenário. Então, eu tenho que colocar em votação o requerimento.

Pergunto aos Deputados se concordam com a inclusão.

Quem concorda, por favor, permaneça como está; quem discorda... *(Pausa.)*

Um, dois, três, quatro, cinco, seis...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - É apenas a inclusão na pauta de um requerimento de informação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É inclusão na pauta.

Está aprovada a inclusão na pauta do requerimento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tinha pedido a palavra pela ordem. V.Exa. permite que eu termine a votação do requerimento?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agradeço a compreensão.

Então, vamos votar o requerimento.

Faltam os Senadores. Eu agora passei a esquecer o Senado tamanha é a ausência.

Quantos Senadores se encontram presentes? *(Pausa.)*

Eu e V.Exa., Senador Benedito.

Os Senadores aprovam a inclusão? *(Pausa.)*



Eu aprovo.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Eu voto de acordo com o voto da Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Aprovada a inclusão na pauta.

Passamos à votação do requerimento.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Apreciação do Requerimento nº 12, de 2015, da CMO, que *“requer que solicite ao Tribunal de Contas da União - TCU, com base no art. 49, IX e 166, § 1º, da Constituição, que aprecie, para efeito de elaboração do Parecer Prévio previsto no art. 71, I da Constituição, referente ao exercício de 2014, os fatos já apontados pelo Ministério Público de Contas no âmbito do processo TC 021.643/2014-8, conforme Requerimento de 17 de junho de 2015, no âmbito do TC 005.3352015-9; ou seja, se os decretos editados, pela Presidente da República, para abertura de créditos suplementares à lei orçamentária de 2014, no período de 5 de novembro de 2014 até 14 de dezembro de 2014, encontravam-se amparados pelo disposto no art. 4º do texto da lei orçamentária para 2014 (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), uma vez que tais créditos, no momento em que foram editados, podem ser considerados incompatíveis com a obtenção da meta de resultado primário então vigente”*.

Eu quero explicar aqui ao Plenário que a autora é a Deputada Professora Dorinha Seabra.

Em discussão.

Há alguém que queira discutir o requerimento? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, nós vamos passar à votação.

Aqueles que aprovam o requerimento aqui apresentado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com dois votos contrários.

Em votação no Senado.

Como votam os Senadores — o Senador Benedito e eu, Senadora Rose de Freitas? *(Pausa.)*

Aprovado.



Parece uma brincadeira, mas não é. O quórum é de dois Senadores, eu tenho que usar essa prerrogativa a favor da votação e do andamento dos trabalhos.

Portanto, aprovado o requerimento.

Parabenizo V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Agradeço a todos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou conceder a questão de ordem a V.Exa. e dizer que, em seguida, nós vamos encerrar esta votação e convocar reunião para terça-feira.

O Relator está com o relatório pronto. Pergunto se S.Exa. quer fazer uso da palavra, para explicar alguma coisa, ou se deixamos tudo para terça-feira, para que possamos votar.

Terça-feira, nós teremos votação a partir do meio-dia.

O Relator lerá o...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É ruim, não é?

Querem mudar o horário?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não! Vamos marcar para o meio-dia.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - V.Exa. pode chamar a reunião para terça-feira, às 10 horas da manhã, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Olha só, infelizmente, há o argumento de que teremos audiência pública, para tratar da saúde aqui na Comissão.

O Ministro Eliseu Padilha estará presente, às 13 horas, na nossa Comissão, atendendo ao Deputado Izalci. Onde ele se encontra? *(Pausa.)*

Então, é o requerimento de V.Exas., conforme o calendário já previamente marcado pelo Ministro.

(Não identificado) - Sra. Presidente, marque para as 10 horas da manhã;

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Infelizmente, às 10 horas da manhã, não poderei, porque é a sabatina do Janot. E eu tenho de estar na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente, V.Exa. me permite?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Líder.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Talvez, até mesmo porque nós teremos reunião em outras Comissões, plenário, possamos aproveitar a terça-feira à noite também. Todos podem já se programar, para começarmos a sessão na terça-feira.

Com certeza, nós vamos precisar de bastante tempo durante a semana. Precisamos fazer uma programação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Realmente, o dia está estrangulado, tendo em conta que, às 13 horas, nós teremos a reunião com o Ministro Padilha e, às 14 horas, a audiência pública.

Eu concordo com a sugestão de fazer a votação, porque o plenário do Senado tem funcionado, mais ou menos, até às 19 horas, e o de V.Exas. também nesse mesmo horário. Se todos estiverem de acordo, podemos fazer uma convocação para às 18 horas, e aí teremos 4 horas para votação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Podemos marcar às 14 horas e marcar às 18 horas. Podemos marcar as duas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos marcar às 14 horas e, depois, às 18 horas. V.Exas. estão de acordo?

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Sra. Presidente, aqui na Câmara é o contrário: tem funcionado a partir das 18 horas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, na terça-feira tem acabado mais cedo. Eu tenho acompanhado.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Não, Sra. Presidente. A sessão tem acabado às 22 horas.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Vamos marcar às 18 horas, ou após a sessão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não há consenso entre as duas Casas sobre o "após a sessão". Temos que marcar.

Então, vamos...

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Na quarta-feira, podemos começar às 14 horas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas temos a audiência pública com o Ministro da Saúde, que foi solicitada pelos Parlamentares.



Vamos chegar a um acordo em relação a esse horário?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Se for às 16 horas, teremos apenas 2 horas de votação.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, eu sugiro logo após audiência pública com o Ministro da Saúde.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito bem!

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Logo após a audiência pública com o Ministro, começaremos a sessão, às 16 horas.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidente, se começar a Ordem do Dia, suspendemos e voltamos depois. Podemos começar às 16 horas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está certo.

Olha só, vamos fazer o seguinte, vejam se V.Exas. se ajustam a esta proposta: nós fazemos a reunião, às 13 horas, com o Ministro Padilha — peço que estejam presentes, é importante essa reunião; em seguida, fazemos a audiência pública com o Ministro da Saúde; em seguida, iniciamos a votação da LDO, a qual nós pretendemos que acabe no mesmo dia.

Está bom assim? Vamos fazer esse esforço, porque...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não. O início será às 13 horas, com o Ministro Padilha.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, demais membros desta Comissão, eu quero parabenizá-la pela sensatez em admitir que nós devemos encerrar esta sessão e marcar nova sessão para a próxima terça-feira. Então, parabeno V.Exa. por essa atitude muito madura e sensata.

Quero me manifestar em relação ao que V.Exa. falou agora sobre ter usado da sua competência como Presidente, conforme dispõe o inciso IV, § 2º, o que lhe permite, ouvidos os Líderes, nomear os membros dos Comitês. Muito bem, só que para a composição dos Comitês, é preciso levar em consideração a proporcionalidade desta Casa.



Eu gostaria de saber de V.Exa. se está sendo obedecida à proporcionalidade. E já que tem os nomes, que sejam ditos agora os nomes dos membros do Comitê de Admissibilidade.

Também quero parabenizar o Deputado Pauderney pelo requerimento. Esse requerimento é de grande importância para nós, tendo em vista que muitos decretos, como sabemos, foram publicados no ano passado, abrindo créditos sem nenhuma cobertura legal. Vários PLNs não foram aprovados no Congresso Nacional. Esses PLNs foram publicados durante todo o ano, e seus decretos abertos, sem que o Congresso aprovasse.

Ao acordar, lembrar e perceber que não tinham sido aprovados os PLNs, o que o Governo fez? Editou, no dia 31 de dezembro, a Medida Provisória nº 666, de 2014. Essa medida provisória não acata, não acolhe... Medida provisória já não é adequada para o Orçamento. Nós sabemos que os princípios do Orçamento são o planejamento e a definição, já no início do ano, das despesas e a estimativa da receita. Portanto, toda essa despesa que V.Exa. está querendo saber não tinha cobertura legal. A medida provisória editada no dia 31 de dezembro não pode retroagir. Esses decretos que deram origem à abertura de créditos adicionais para vários Ministérios e autarquias ocorreram antes. Portanto, é mais um assunto que V.Exa. vai ter para discutir com relação à prestação de contas da Presidente da República de 2014. Esta Comissão vai configurar o desrespeito do Governo Federal em relação ao Poder Legislativo.

Parabéns V.Exa., Deputado.

Peço, mais uma vez, à Presidente que possamos aqui, dentro desta Comissão, respeitar sempre o nosso Regimento.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Primeiro eu quero esclarecer V.Exa., antes, porém, eu quero agradecer pelo tom razoável da sua colocação. Tudo que é feito nos Comitês é feito na proporcionalidade e passa pelas Lideranças. Exatamente por ouvir as Lideranças, o que V.Exa. acaba de me pedir novamente dessa vez não será possível, porque até agora os Líderes não se manifestaram para preencher as vagas na proporcionalidade. Portanto, não vão fazer, Deputado Paulo Pimenta. Então, eu vou ter que obedecer à proporcionalidade para fazer a indicação.



Nós fizemos isso o tempo inteiro. Várias vezes os Líderes insistiram para que eu desse mais prazo. Entretanto, no dia 31, chega o Orçamento a esta Casa. Portanto, não há mais prazo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu esclareci V.Exa. Eu ouvi os Líderes o tempo todo. V.Exa. argumenta que o Regimento Interno dispõe que, ouvidos os Líderes, se faça a nomeação. Não posso mais ouvir alguns Líderes, porque foram eles que seguraram o processo até agora. Portanto, eu vou declarar encerrada a sessão.

Eu quero dizer que, no dia 25 de agosto — e é muito importante que V.Exas. guardem isso —, às 14 horas, nós teremos a presença do Ministro da Saúde aqui nesta sessão. Às 13 horas, teremos uma reunião com o Ministro Padilha, na sala ao lado, com os Parlamentares. No dia 27 de agosto, às 10 horas, reunião com a presença do Sr. Marcelo Barbosa Saintive, Secretário do Tesouro Nacional, que vai prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre metas fiscais referentes ao quadrimestre de 2014.

Está encerrada a reunião.